

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 18 de março de 2014, às 19h 00min, nas dependências do auditório da Rua da Cidadania, Rua Tijucas do Sul, nº 1700, Sítio Cercado, Bairro Novo, Curitiba, Paraná, tiveram início os trabalhos de Audiência Pública, sob a presidência da Dra. Swami Mougenot Bonfim, Promotora de Justiça. **PARTICIPANTES:** Assinalou-se a presença da comunidade local, conforme lista em anexo, e dos seguintes órgãos públicos e representantes: a) Pedro Claiton Pelanda - Administrador Regional Bairro Novo, RG nº, 521. 9680-PR; b) Salete Maria Pires Costa, Conselheira Tutelar Bairro Novo, RG nº 4.270.071-1; b) Claudio Frederico Carvalho, Diretor/Inspetor da Guarda Municipal, RG nº 4.525.196-9; c) Fernando Eugênio Ghignone, Diretor da Sanepar, representando pelo Engenheiro Eduardo Pegorini, CREA 665632-9; d) Rodrigo Binotto Grevetti, Diretor da URBS, representado por Luiz Filla, RG nº 1.463.091/PR; e) Prof. Roberlayne de Oliveira Borges Roballo, Secretária Municipal de Educação, RG nº 5.548.770-7; f) Ricardo Nunes, Diretor Geral da Sec. Estadual de Segurança Pública justificou ausência através do ofício n. 60/2014, protocolo n. 00012705/2014, firmado pela Secretária Executiva da referida pasta. A Presidente declarou aberta a audiência, após verificar a presença dos notificados, bem como, a pedido da Senhora Secretária de Educação, alterou a ordem da pauta entre os itens 2 e 3.c, para que a mesma se manifestasse primeiramente acerca do assunto que lhe correspondia em razão de outros compromissos assumidos e, bem como, ante a ausência do representante da Secretaria de Segurança. Assim, deu início à leitura da pauta, esclarecendo, brevemente, acerca da atuação da Promotoria de Justiça das Comunidades nas audiências públicas promovidas pela mesma. Passou a palavra ao Inspetor da Guarda Municipal, o qual informou a comunidade que o projeto de instalação das câmeras de segurança havia sido concluído, existindo atualmente 31 câmeras em funcionamento e 2 encontram-se em manutenção. Disse também que os equipamentos estão atingindo os objetivos de segurança, com a diminuição do índice de criminalidade e

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

agilidade na resposta dos atendimentos pelas viaturas; que as câmeras tem botão para comunicação com a guarda municipal; Que indagado pela agente comunitária Tereza Regina Veríssimo de Matos, respondeu que não há previsão de ampliação do número de equipamentos neste ano. Referido servidor apresentou documentos (relatório da empresa Afluir Negócios e Tecnologia, datado de 03/10/2012, dirigido à Prefeitura Municipal) e cópia do contrato nº 20248 (desacompanhados de ofício), em resposta ao ofício 2014OF/0028, os quais foram recebidos e cuja juntada foi determinada pela Presidente. A senhora Tereza pediu explicação sobre a localização das câmeras sendo que o senhor Cláudio Frederico Carvalho, inspetor da Guarda Municipal, disse que a localização encontra-se relacionada nos documentos entregues nesta ocasião à Promotoria. A seguir, a Promotora informou que tais documentos estavam à disposição da comunidade para consulta. A sra. Tereza indagou também, se a audiência “era para fazer pedido ou só para prestar contas?” O sr. Airton Aires de Miranda solicitou a palavra para lembrar à comunidade que “quando os trabalhos da Promotoria iniciaram não existiam câmeras, que foi em decorrência das audiências anteriores que isso ocorreu e, este relatório que se apresentou, não deixa de ser uma prestação de contas”; ao que a Presidente, acrescentou ainda, esclarecimentos sobre a amplitude de funções da Audiência Pública no acesso aos direitos, bens e serviços, estabelecidos na Constituição Federal; A sra. Palmira de Oliveira, vice-presidente do CONSEG-Bairro Novo, questionou o inspetor sobre o valor de R\$ 200.000,00 que um vereador disse ter acrescentado ao orçamento municipal para a ampliação do número de câmeras de segurança no bairro, sendo que o projeto previa uma verba de R\$543 mil reais para 27 câmeras; O Diretor Inspetor da Guarda informou que as verbas anunciadas pelo vereador não entraram nos cofres públicos para essa finalidade; O sr. Adenival A. Gomes, membro da Associação de Moradores Parigot de Souza pediu a palavra para dizer que muitas emendas apresentadas pelos vereadores não são aprovadas; A Sra. Tereza quer reivindicar mais câmeras, sendo que o Inspetor esclareceu, novamente, que não há previsão de instalações para esse ano; O sr. Elídio Ap. de Oliveira, presidente do CONSEG-Bairro

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Novo pediu a palavra para explicar que o pedido já foi realizado no passado; discordando do relatório do Inspetor, disse que aproximadamente “70% das instalações estão prontas”. Incentivou para que a comunidade participe das reuniões do Conseg para fazer novos projetos para instalação de mais câmeras; Que a guarda municipal está apresentando uma prestação de contas de reivindicação que já foi apresentada; Encerrado o item “1” a Presidente passou para o próximo, referente a oferta de vagas escolares no ensino infantil e fundamental; A palavra foi dada à Secretaria Municipal da Educação, que agradeceu ao convite de participação e faz questão de estar nas audiências públicas e trabalhar com a Comunidade; Com relação a expansão de atendimento, foi criado um plano de obras, de construção de novas obras e reforma das antigas. Que em 2014 o orçamento prevê 28 milhões para reforma; Que no ano passado, da gestão passada havia apenas 5 milhões; que terminaram a reforma de dois CMEI’s; que para obras novas o orçamento é de 22 milhões, sendo que 50 % proveio do Governo Federal e o restante foi aporte do Município. Que cadastraram no Governo Federal, sistema SIMEC, cadastra o que necessita e o governo federal avalia; foi possibilitado o cadastro de 35 novas obras; fizeram visitas na cidade, nos terrenos e que tiveram aprovação para obras de 10 CMEI’S; Que metade é paga pelo Governo Federal e metade pela Prefeitura; Que já receberam recursos; Que as obras dos CMEI’S necessitam de orçamento alto em razão das especificidades exigidas; Em Curitiba, 199 CMEIs atendem em período integral (220 vagas em cada CMEI’S ou 150); existem algumas obras programadas : CMEI Rio Negro = 150 vagas; Ganchinho-São Luiz = 150 vagas; Moradias Parque Iguaçu = 150 vagas; as obras programadas aguardam um retorno na situação de recursos para o início da construção; Apresentou o engenheiro Antonio Ulisses Carvalho, supervisor de obras da Secretaria de Educação, como sendo o responsável pelo acompanhamento das construções; Que tem previsão para construção de escola municipal para atender 1050 alunos, com 14 salas, no Bairro Novo Ganchinho, com recurso do “FAR” do Ministério das Cidades, estando em fase de liberação junto a CEF; No bairro Ganchinho- Moradias Parque Iguaçu, existe um terreno para construção de escola para 960 crianças, o qual

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

está sub judice, entre a COHAB e o antigo proprietário do terreno, e que tem projeto de escola estadual, CMEI e Centro de Saúde; Que “já conversou com o Presidente da COHAB que, a partir de agora, quando da implantação de conjuntos, sejam previstas escolas nos projetos”; Que estão atendendo com transporte escolar para o ensino fundamental as crianças que foram relocadas; para tanto foram disponibilizados 6 ônibus, para escola municipal Cecilia Westphalen, 330 crianças. Aberta a palavra, o sr. Elídio, reclamou que a Prefeitura Municipal não deveria liberar a entrega de Conjuntos Habitacionais sem que tivesse a infra-estrutura pronta. O senhor Cleiton, presidente da Associação de Moradores do Residencial Parque Iguaçu III, afirmou que a demanda por vagas é muito alta e que a construção da escola informada pela Secretária de Educação, que irá atender 900 alunos, não suprirá a necessidade da população local. Também reclamou, de forma generalizada, a falta de escolas para crianças portadoras de necessidades especiais e transporte para atender essa demanda; Na sequência, a senhora Ana Paula Abronoski, falou sobre a instalação física da Escola Municipal José Cavalin, dizendo sobre as más condições de segurança, exemplificando com a falta de escada de emergência e que na referida escola há uma escada em caracol. A palavra foi concedida ao senhor Antonio Ulisses Carvalho, representante da SME, que esclareceu que a Escola José Cavalin integra o projeto de obras de revitalização que será concluído no final do ano de 2014 com início das obras em 2015 e que no projeto será incluindo obras para acessibilidade. A senhora Vera Lucia Soares Perez, integrante da Associação de Moradores 23 de agosto, reclamou quanto às construções de escolas próximas à Estação de Tratamento de Esgoto Padilha Sul, sendo informada pela Secretária de Educação que as obras que iniciaram na gestão passada não poderiam ser paralisadas e que o novo Prefeito “não pode abandonar a obra” e que relativamente a situação das crianças especiais, por recomendação do MEC, estas devem ser inseridas na rede regular de educação, sempre que exista a possibilidade de acesso por parte da criança. Indicou que as famílias procurem o Núcleo Regional de Educação sempre que existir crianças fora da escola. A Presidente questionou se havia algum representante do

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Conselho Tutelar, tendo a manifestação da senhora Cristiane Noronha, que disse ter feito pedido de vagas para CMEI e ensino fundamental no ano de 2014, mas quando questionada pela Secretária de Educação, que afirmou que todas as solicitações foram atendidas, não soube informar se as pessoas referidas naquele pedido foram ou não matriculadas, pois não teve retorno de tais. A Secretária de Educação pediu para que o Conselho Tutelar faça contato com o Núcleo Regional para as verificações. Na oportunidade, a Secretária pediu a correção da informação quanto à construção de CMEI no Conjunto Prata, pois a previsão é para início das obras no 2º semestre de 2014 e não janeiro de 2014 (cf. consta no ofício nº 077/2014-SME, em resposta ao Ofício 2014OF/0035 – Promotoria de Justiça das Comunidades). A Presidente advertiu que nem sempre a entrega se dá no prazo estabelecido no contrato, orientando que a comunidade acompanhe atentamente a execução das obras, a fim de que sejam evitados atrasos e paralisações, informou que muitas vezes isso ocorre por problemas na licitação das empresas ou decorrente de reiteradas alterações contratuais, prolongando demasiadamente a entrega da obra. A Secretária informou que o IPPUC é o responsável pela elaboração de projeto, que a Secretaria de Obras executa e a equipe da Secretaria da Educação acompanha e recebe a chave no final da obra. A Presidente solicitou esclarecimento acerca da execução direta da obra pela Secretaria de Obras, sendo que o Engenheiro Antônio, retificou dizendo que a execução das obras de construção de escolas era realizada mediante licitação, cabendo a Secretaria de Obras a fiscalização das mesmas. Retomando a palavra, a Secretária citou o CMEI Iodéia Felício, como um exemplo de obra paralisada desde a Administração anterior e que já foram investidos no local cerca de 400 mil reais, apenas para recuperação da obra e porque “muito material já havia se deteriorado”. O senhor Juvenil Pereira dos Santos pediu auxílio à Secretária apresentando a situação de *bullying* que ocorre nas escolas com os filhos de catadores de material reciclável. A Secretária informou que a equipe da Educação trabalha com programas inclusivos acerca do tema “preconceito”, em todas as suas formas, nas escolas, visando orientar os alunos. A Presidente solicitou ao senhor Juvenil “Baiano”, se

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

a preocupação se referia a alguma escola em especial, ao que o mesmo disse se tratar de um problema generalizado. A senhora Claudia Sebastião, integrante da Associação de Moradores “Dom Balute”, no uso da palavra, informou que as famílias reclamam das informações que recebem do Conselho Tutelar acerca de vagas escolares, alegando que as informações não condizem com a realidade e sugere que os conselheiros sejam capacitados para orientarem adequadamente as famílias. Na ocasião, a referida senhora comunicou que possui cadastro de 10 (dez) famílias que aguardam vagas em escolas. A Secretária pediu o repasse dos cadastros para o Núcleo Regional para as devidas providências. Explicou que primeiramente os pais devem fazer a inscrição com pedido de vaga nos CMEI’S. O senhor Jorge Sales, morador, dirigindo-se à Presidente, indagou se o tratamento legal dispensado pelo Ministério Público às escolas públicas era igual aos das escolas particulares, questionado pela mesma, para que fosse mais específico em sua pergunta, senhor Jorge disse que “tem escola que é fechada porque não atende as condições de segurança e por que algumas escolas públicas não são fechadas e continuam funcionando sem segurança?” sendo que a Presidente informou que o tratamento é igual dentro das mesmas condições, que cada situação apresentada ao conhecimento do Ministério Público é recebida e avaliada especificamente, que o fechamento de qualquer estabelecimento é medida extrema, justificável em alguns casos. Na ocasião, solicitou ao morador que indicasse quais as escolas que estão, em seu entender, funcionando em condições de insegurança para que se possa verificar e tomar as providências cabíveis. O morador informou que não teria nenhuma escola para indicar. A Presidente disse que a visão do Ministério Público é a visão da legalidade, do cumprimento das leis, exigindo dos órgãos competentes as medidas cabíveis para a adequação à legislação. O senhor Antonio, da Secretaria Estadual, pediu novamente a palavra para falar acrescentar que sobre esse assunto, a Secretaria está desenvolvendo projetos para atender as normas de segurança. A Secretaria pediu licença para se retirar em razão de outros compromissos, ocasião em que a Presidente agradeceu sua presença e participação. O morador, senhor Daniel Antonio de Araujo, conselheiro escolar da

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Escola Paulo Freire disse que há muita preocupação em relação a falta de guarda municipal nas escolas e que funcionários e alunos estão sem segurança. A palavra foi dada ao Inspetor Claudio Frederico que esclareceu que Segurança Pública é responsabilidade do Estado e que a Prefeitura Municipal assumiu uma parcela da responsabilidade, mas que o efetivo da guarda municipal é 1475 guardas, sendo que 50 guardas foram aposentados. Que existe um processo de concurso para contratação em andamento com previsão de contratação apenas a partir de janeiro de 2015. Que atualmente não existe a possibilidade de atender todas as escolas, lembrando que os moradores e funcionários podem se utilizar no número 153 para solicitar atendimento e que todas as ocorrências são atendidas. Informou, ainda, que questões relacionadas ao trânsito na frente das escolas devem ser atendidas pela Secretaria de Trânsito. Dando prosseguimento, a Presidente passou para o próximo tema, sendo chamado o Engenheiro Eduardo Pegorini, representante da SANEPAR, que assegurou a conclusão das obras na Estação de Tratamento de Esgoto Padilha Sul, mostrando uma impressão com imagem de satélite para demonstrar que os aeradores foram instalados para melhoria no processo de tratamento, comprometendo-se a encaminhar a resposta por escrito à Promotoria de Justiça das Comunidades. O engenheiro foi indagado pelo morador do Parque Iguaçu, senhor Claudio Antonio de Oliveira, sobre a eficácia dos equipamentos instalados, pois que o local ainda apresenta um mau odor muito acentuado e o Engenheiro disse que o odor pode estar ligado a outros fatores, tais como, condição climática, mudança de temperatura. O Sr. Elidio afirmou que havia sido prometida pelo Presidente da Sanepar, em 2010, (sic) a instalação de filtros e que resolveria 100% o problema de mau cheiro nas imediações; o Engenheiro explicou que não existem filtros, existem queimadores de gases e esses foram instalados; O Sr. Elídio questionou de quem é a responsabilidade pela fiscalização dos esgotos lançados diretamente no rio; O Engenheiro respondeu que a Sanepar fiscaliza, mas não tem poder de polícia, que a obrigação de fazer a conexão do esgoto na tubulação coletora é do proprietário e, quando verificado lançamento irregular, é notificado, e em 30 dias a SANEPAR volta a fiscalizar, não regularizando, a Prefeitura

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Municipal é informada para agir conforme o poder de polícia; O Sr. Elidio solicitou que constasse em ata que a população não está satisfeita com a resposta da SANEPAR e que o problema não foi solucionado 100% e em seguida começou a dirigir palavras de ordem á comunidade dizendo que “o engenheiro falou que o problema está resolvido, está resolvido gente? Então ele está chamando a gente de mentiroso”; Nesse momento, a Presidente retoma a palavra e esclareceu a todos que o procedimento foi aberto com a finalidade de acompanhar a obra de mudança da forma de tratamento (aeróbica/anaeróbica) dada ao esgoto coletado e que, para esta audiência, a Sanepar foi notificada para informar se a obra foi concluída, a qual tecnicamente também teria a finalidade de diminuir o odor, questionando também, o Engenheiro da Sanepar se é possível a eliminação completa do mau odor na estação e proximidades. O Engenheiro diz que não, que a aplicação utilizada é a mesma do Brasil inteiro, que o que havia de técnica foi aplicado. A Presidente diz que com a resposta do ofício e a execução da obra, este procedimento será encerrado. Que se o problema persistir, o fato pode ser levado diretamente ao conhecimento da Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente para análise e providências; O Sr. Juvenil “Baiano”, perguntou sobre a possibilidade de plantio de vegetação do tipo “cortina verde” e o engenheiro informou que foram plantadas no entorno mudas de árvores, as quais estão em desenvolvimento. Que ouviu dizer que a COHAB previu no projeto a colocação das “cortinas verdes” para amenizar o problema do mau odor; sendo que a Promotora determinou que fosse oficiado à COHAB para informar sobre a questão. Na sequência, a Promotora passou para o último item, solicitando a manifestação do representante da URBS, senhor Luiz Fila, acerca do transporte público coletivo na região, sendo que este passou a esclarecer que o transporte coletivo segue critérios técnicos definidos na lei 12.597/2008, acerca do atendimento aos Conjuntos Habitacionais Novo Bairro e Parque Iguaçu foi planejado e está em funcionamento o desvio de itinerário para atender a demanda e a legislação, quanto a oferta, no final de 2013 foi colocado um ônibus especial no período da manhã, que com o levantamento realizado, vem atendendo a demanda; vai avaliar a possibilidade de vistoriar para

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

possível alteração da linha para atender entre os Conjuntos Habitacionais; respondeu ao questionamento de diversos membros da comunidade, esclarecendo acerca da inexistência de projeto de terminal para a região, trajeto do “Ligeirinho”, “Alto Boqueirão” e outras questões. Foi concedido o prazo de 10 dias úteis para que o mesmo apresentasse formalmente a resposta ao ofício enviado. A Promotora fez a leitura do ofício encaminhado pela Secretária Executiva da Secretaria de Segurança Pública, solicitando prazo para o levantamento da atual situação sobre o tema em pauta. Foi encerrada a audiência 21h55m, com os agradecimentos da Presidente pela presença de todos os participantes. Eu, Vanessa Milene de Santana, _____ assessora jurídica lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 18 de março de 2014.

Pedro Claiton Pelanda

Administrador Regional Bairro Novo

Salete Maria Pires Costa

Conselheira Tutelar Bairro Novo

Claudio Frederico Carvalho
Diretor/Inspetor da Guarda Municipal

SANEPAR
Eng. Eduardo Pegorini
CREA 665632-9

Luiz Filla
URBS

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo
Secretária Municipal de Educação

Swami Mougnot Bonfim
Promotora de Justiça